

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E
CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS SOLEDADE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TATIANE PAVI

CONTROLE INTERNO: ESTUDO DE CASO CONTROLE DE
ESTOQUES

SOLEDADE

2013

TATIANE PAVI

**CONTROLE INTERNO: ESTUDO DE CASO CONTROLE DE
ESTOQUES**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Professor Gabriel Bandeira.

SOLEDADE

2013

TATIANE PAVI

CONTROLE INTERNO: ESTUDO DE CASO CONTROLE DE ESTOQUES

Trabalho de Conclusão aprovado em 30 de Novembro de 2013, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Soledade, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Gabriel Grebel Bandeira
UPF – Orientador

Prof.
UPF
José Roberto da Silva Soveral

Prof.
UPF
Victorino Piccinini Rosso

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer a Deus por permitir que eu estivesse aqui com saúde, me dando força em todos os momentos e por me oferecer a oportunidade de fazer uma ótima pesquisa, que será muito relevante para minha formação.

Aos meus pais Reni Guilherme Pavi e Wilma Machado Pavi, por todos os cuidados e ensinamentos, pelo esforço que eles fizeram para que eu pudesse estudar.

Ao meu marido Reni Antunes do Nascimento pela paciência que teve comigo, quando deixei de fazer companhia a ele para me dedicar aos estudos.

Aos colegas de trabalho e ao presidente da empresa Cerfox pelo apoio e pelo fornecimento de dados que me possibilitaram fazer a pesquisa.

Aos professores pelo conhecimento que adquiri, em especial ao meu professor orientador Gabriel Bandeira, pelo apoio e dedicação ao desempenho desse trabalho.

Aos meus colegas em especial a Franciele Gheno, Márcio Piovesan, Ana Paula Lorena, Valesca Schmitt da Silva, Luciana Nunes e Sabrina Batista Mantovani, por estarem sempre me ajudando e me incentivando.

Por fim um agradecimento do fundo do coração a todos que de uma forma ou outra foram atenciosos e contribuíram durante esses quatro anos de estudo, o meu sincero carinho e amor.

RESUMO

PAVI, Tatiane. Controle Interno nos Estoques: Estudo de Caso na empresa CERFOX. Soledade, 2013. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Contábeis). UPF, 2013.

Este trabalho teve como objetivo geral, identificar quais são os controles internos que são necessários para a empresa CERFOX e como objetivo específico realizar um levantamento dos controles internos que já estão implementados nos controles de estoque, identificar possíveis falhas nos controles internos da empresa, comparar os dados com os registros contábeis, identificar quais métodos de controle interno para o estoque que supririam falhas encontradas e verificar a possibilidade de implementação de novos controles. A metodologia adotada no trabalho foi um estudo de caso, pesquisa descritiva, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa qualitativa. Os resultados buscados na pesquisa foram alcançados e foi constatado que mesmo com um sistema informatizado e com controle interno de qualidade sempre é possível encontrar falhas a serem sanadas e melhorias a serem feitas.

Palavras chave: Controles internos, auditoria, estoques.

LISTA DE ABREVIATURAS

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

RCNC – Resoluções do Conselho Nacional de Cooperativismo.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

SP – São Paulo

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

OCERGS – Organização das Cooperativas do estado do Rio Grande do Sul

NF – Nota Fiscal

ODI – Ordem de Imobilização

MIG – Acrônimo do desenho do mapa físico da rede de energia elétrica.

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA.....	15
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	16
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 CONTABILIDADE.....	17
2.1.1 USUÁRIOS DA CONTABILIDADE.....	19
2.1.2 CONTABILIDADE GERENCIAL.....	20
2.2 CONTROLE INTERNO.....	21
2.2.1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS CONTROLES CONTÁBEIS.....	24
2.2.2 A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO.....	25
2.2.3 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES.....	27
2.2.4 ERRO E FRAUDE.....	28
2.2.5 A DETECÇÃO DE ERRO OU FRAUDE.....	30
2.3 AUDITORIA.....	30
2.3.1 AUDITORIA INTERNA.....	33
2.4 ESTOQUES.....	35
2.4.1 AVALIAÇÃO DOS ESTOQUES.....	37
2.4.2 CONTROLE DOS ESTOQUES.....	39
2.4.3 MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO DOS ESTOQUES.....	40
2.4.4 INVENTÁRIO FÍSICO.....	43
2.4.5 MOVIMENTAÇÃO DOS ESTOQUES.....	45
2.5 COOPERATIVISMO.....	46

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	48
3.1.1 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS OBJETIVOS.....	49
3.1.2 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	49
3.1.3 CLASSIFICAÇÃO QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	51
3.2 PLANO DE COLETA DE DADOS.....	52
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	53
3.4 LIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	54
4 COOPERATIVA.....	55
4.1 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA.....	55
4.2 CARACTERÍSTICAS DO ESTOQUE.....	57
4.3 FLUXOGRAMA E ANÁLISE.....	58
4.4 QUESTIONÁRIO E ANÁLISE.....	59
4.5 SUGESTÕES DE MELHORIAS.....	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE.....	67
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE CONTROLE INTERNO.....	68
ANEXO.....	74

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos dias atuais surpreende-se com as mais diversas novidades em várias áreas do conhecimento. Esta evolução que se expandiu rapidamente e foi marcada pela era da tecnologia, modificou e facilitou o nosso cotidiano e acabou facilitando também os métodos de estudos e pesquisas.

Destaca-se dentro desse contexto de evolução o meio cooperativista, onde muitas cooperativas foram criadas, entre elas, podemos citar as de crédito, as de grãos e também as de Distribuição de Energia que será o campo de aplicação do presente trabalho.

Segundo a Legislação Cooperativista (Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971) e RCNC “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”(Art. 3º p. 05).

Observa-se que as cooperativas são constituídas por um conjunto de membros que possuem os mesmos direitos e as mesmas obrigações, tendo como objetivo principal os interesses de seus sócios.

Nota se também no que tange a administração de uma cooperativa, ela pode estar dividida por setores e por áreas.

De acordo com Marion “a contabilidade é um instrumento que fornece o máximo de

informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da Empresa” (2004, p.26). Ou seja, a contabilidade propriamente dita seria o alicerce que dá a sustentação para o desenvolvimento e a tomada de decisões. Portanto, é na Contabilidade que estão todas as informações para a tomada de decisão.

Viceconti e Neves afirmam que:

A contabilidade é uma ciência que desenvolveu uma metodologia própria com a finalidade de controlar o patrimônio das empresas, apurar o resultado das atividades das empresas e prestar informações às pessoas que tenham interesse na avaliação da situação patrimonial e do desempenho dessas entidades (2004, p.1).

Também comenta Padoveze que “portanto, podemos definir contabilidade como o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade”(2000, p.35). Observa-se que o patrimônio da entidade identifica-se como o conjunto de bens que se constitui de direitos e obrigações que a empresa tem e assume com terceiros que pode também ser classificado como a riqueza que a empresa possui.

Dentro dessas entidades que fazem o uso da contabilidade para auxiliar na tomada de decisões, identifica-se a grande importância do Controle Interno. Para Godoy “de fato o controle interno é a base em que a administração se baseia para medir o alcance dos objetivos e metas a ter a certeza de que as diretrizes fornecidas pela empresa estão sendo regularmente seguidas” (1998, p.19).

Seguindo esta linha de raciocínio identifica-se que o controle interno no momento que é feito adequadamente garante a organização e a eficiência das políticas administrativas que são adotadas pela direção da entidade.

Como faz notar Almeida, (2003, p.63) “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”. O controle dentro da empresa precisa ser de qualidade,

conforme afirma Crepaldi (2000, p.201):

A fraude acontece com maior frequência e o infrator preocupa-se em fazer com que a documentação interna da companhia reflita ou esconda a operação feita. Em algumas empresas os controles internos são tão desorganizados que as pessoas não percebem que o dinheiro sumiu.

Nota-se que de fato o controlador interno precisa trabalhar atento e com muita cautela para que possa identificar possíveis fraudes ou erros antes que os mesmos possam vir a trazer prejuízos a entidade.

Na mesma esteira, identifica-se outra ferramenta dentro da Contabilidade, a Auditoria, que pode ajudar a identificar se a empresa está agindo dentro dos parâmetros e se sua linha de ação e se está de acordo com o que manda a legislação.

Crepaldi (2000, p.27) aponta que:

A auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.

Entende-se que sempre deve ser levado em consideração que a auditoria também pode auxiliar na identificação de possíveis irregularidades assim como o controle interno. Mas como indica Almeida (2003, p.70):

Não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias. Os objetivos da auditoria interna são exatamente esses, ou seja: verificar-se as normas estão sendo seguidas, e avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação das já existentes.

Nesse sentido, a auditoria pode ser um fator essencial para a verificação e acompanhamento dos procedimentos Contábeis, esta, entende-se que devem ser realizada por profissional qualificado, que tenha como meta e objetivo principal a saúde financeira da entidade.

Também, o controle interno existente dentro de uma empresa que atua em vários departamentos, mas um deles que pode ser classificado como de grande relevância para a entidade é o controle interno nos estoques.

Também afirma Almeida (2003, p.223) que “os estoques são bens destinados a venda ou fabricação, relacionados com os objetivos e atividades da empresa”. Seguindo essa linha de raciocínio o controle nos estoques precisa ser efetuado com bastante precisão, não devendo conter erros para poder demonstrar a verdadeira situação em que os mesmos se encontram. O responsável pelo estoque precisa saber avaliar o que pode representar para a empresa a sua quantidade.

Padoveze (2000, p.83) comenta que: “os estoques devem ser avaliados pelo custo de aquisição, ou o valor de mercado, dos dois o menor”. Acredita-se que esta avaliação precisa ocorrer sempre para que o estoque esteja coerente com a realidade.

Conforme nos mostra o CPC (R1) 16 Estoques “o valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais”. Nota-se que em muitas entidades o estoque é responsável pela entrada de valores e então pode-se identificar que a gestão destes, deduzida de todos os custos influem indiretamente nos lucros e também nos prejuízos que a empresa pode obter no exercício.

O presente trabalho será realizado na Cooperativa de Geração e Distribuição de Energia Fontoura Xavier Ltda - Cerfox, pela grande importância e pela suma necessidade que a entidade tem, em ter ativo, no seu dia a dia, o sistema de controle de estoque e também o profissional desse controle, para assim poder dar uma garantia de que o patrimônio de todos os sócios e seus interesses estejam resguardados de possíveis fraudes. E também, intensificando a importância desse profissional que precisa ser valorizado pelo seu trabalho, pois este se entende que, contribui para a saúde financeira e patrimonial da

empresa.

1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

Nota-se que toda a empresa que faz o uso da contabilidade para traçar seu plano de ação, com toda a certeza terá um futuro sólido que proporcionará um retorno do seu investimento, pois como comenta Marion (2004, p.26). “todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa”. Então percebe-se que a contabilidade proporciona um conjunto de dados muito importante para qualquer entidade, conjuntamente com o controle interno que também possui dados relevantes que ajuda na eficiência da gestão.

Como faz notar Crepaldi “Diversas irregularidades nos setores financeiro, administrativo e de compras das organizações passam, na maioria das vezes, despercebidas pelos próprios empresários”(2000, p.201). Percebe-se que, muitas vezes o empresário negligencia certos setores, portanto, resta saber a quem recai esta responsabilidade.

“Observe que o auditor sempre executa testes, mesmo no caso de o sistema de controle interno ser excelente” (CREPALDI, 2000, p.201). Portanto, percebe-se que, mesmo a empresa possuidora de um controle interno bem estruturado, recai sobre o auditor a detecção de erros ou fraudes.

Conclui-se que a importância dos controles internos estarem em bom funcionamento depende também de uma boa auditoria interna, que constantemente sugere melhorias e corrige cursos a serem tomados, nesse contexto, se inclui os controles internos sobre os estoques.

Observa-se, também, que o profissional Contábil no exercício de sua função necessita fazer com que as movimentações que ocorram sejam realizadas adequadamente, mantendo sempre com solidificação o controle.

Portanto, o presente trabalho, buscará responder a seguinte pergunta:

Que controles internos no estoque a empresa Cerfox necessita implementar?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar quais são os controles internos nos estoques que são necessários para a empresa Cerfox.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento dos controles internos que já estão implementados no controle de estoque da empresa Cerfox;
- Identificar possíveis falhas nos controles internos da empresa;
- Comparar os dados do controle interno conjuntamente com os registros contábeis;
- Identificar quais métodos de controle interno, para estoques, supririam as falhas encontradas;
- Verificar a possibilidade de implementação destes novos controles e evidenciar os benefícios que eles trariam para a empresa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE

Neste capítulo será abordado a importância da contabilidade e de sua função dentro da entidade.

Para Marion (2004, P.26) “uma empresa sem boa contabilidade é como um barco, em alto-mar, sem bússola”. Com base na afirmação acima, nota-se, a importância da contabilidade para os rumos da empresa..

Já Gonçalves e Baptista (1998, p.23) afirmam que “contabilidade é ciência porque possui objeto determinado e método de investigação próprio [...]”.

Para Gouveia (1993, p.01) a “contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressa em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômica financeira dessa entidade em uma determinada data”.

Gonçalves e Baptista(1998, p.24) também indicam que “a Contabilidade tem por fim registrar os fatos e produzir informações que possibilitem ao titular do patrimônio o planejamento e o controle de sua ação”. Entende-se que a contabilidade como ciência deve conter informações úteis a gestão.

Já conforme Marion (2004, p.26) “a contabilidade pode ser estudada de modo geral para todas as empresas ou em particular aplicada em certo ramo de atividade ou setor da economia”. Nota-se que as informações contábeis demonstram a situação real, tanto como a econômica, financeira e patrimonial da entidade, garantindo maior confiabilidade aos seus usuários.

No entanto Pizzolato (2004, p.03) diz que “a Contabilidade é fonte natural de coleta

e guarda de dados e deve se estruturar para fornecer a cada gerente tais dados, na forma e no instante desejados”.

Para Ribeiro (1999, p.12) “a contabilidade pode ser comparada, também, com a construção de uma casa, na qual cada tijolo deve ser cuidadosamente colocado; cada porta e cada janela devem ser cuidadosamente assentados, para que a obra seja resistente e bem-acabada”. Ou seja se precisa de extremo cuidado e zelo para que a empresa não venha ruir.

Gouveia (1993, p.01) ressalta que “a importância de registrar as transações de uma companhia é proveniente de uma série de fatores, como por exemplo: o dinamismo das empresas, com mudança dos seus dirigentes e do pessoal que as opera [...]”.

Já Franco e Marra (2001, p.25) afirmam que “o objeto da Contabilidade é, pois, o patrimônio administrável, à disposição das entidades econômico administrativas, sobre o qual ela fornece as informações necessárias à avaliação da riqueza patrimonial e dos resultados produzidos por sua gestão”.

No entanto Iudícibus *et al* (2010, p.01) reforçam que “a Contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente os da legislação de imposto de renda”.

Iudícibus *et al* (2010, p.02) ainda salientam que com a Lei 6.404/76 houve a determinação que a escrituração devia seguir o que manda a Lei das Sociedades por Ações e os princípios de contabilidade geralmente aceitos, para poder atender as exigências tributárias.

Pizzolato (2000, p.195) define que a Contabilidade Gerencial:

É o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro de uma organização e para assegurar e contabilizar o uso de seus recursos.

Acredita-se que a contabilidade antigamente era vista apenas para fins fiscais, mas hoje se nota que com as mudanças, de fato esta visão mudou, entretanto pode-se encontrar na contabilidade uma forma de gestão, de como visualizar os andamentos da entidade para a prosperação futura.

Tendo como base os autores acima citados se concluí que a Contabilidade pode ser classificada como uma fonte de informações que precisa ser rigidamente seguida acerca de seus princípios e normas em todas as entidades e que também se deve fazer o uso da contabilidade não só as empresas, mas sim as pessoas físicas, para poder controlar e avaliar a situação de seus bens, direitos e deveres.

2.1.1 Usuários da Contabilidade

Neste título, irá se abordar sobre o usuário da contabilidade, ou seja, aquele que se vale da contabilidade para qualquer fim.

Para Marion (2004, p.27) “os usuários são as pessoas que se utilizam da Contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na contabilidade suas respostas”.

Do ponto de vista de Iudícibus e Marion (1990, p.60) “as pessoas que utilizam a contabilidade [...] são as maiores interessadas em definir que tipo de informação desejam da contabilidade”.

Conforme faz notar Marion (2004, p.27):

Os gerentes administradores não são os únicos que se utilizam da Contabilidade. Os investidores, ou seja, aqueles que aplicam dinheiro na empresa, estão interessados basicamente em obter lucro, por isso se utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável; os fornecedores de mercadorias a prazo querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas; os bancos por sua vez emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamentos; o governo quer saber quanto de impostos foi gerado para os cofres públicos; outros interessados desejam conhecer melhor a situação da empresa: os empregados, os sindicatos, os concorrentes etc.

Observa-se que os usuários em geral procuram entender e buscar na contabilidade a melhor informação.

Pizzolato (2004, p.03) aponta que “os usuários da informação contábil podem ser classificados em duas famílias: os internos e os externos”.

O mesmo indica que:

Em termos mais específicos, e dependendo da importância relativa de cada empresa, há uma variedade de pessoas e entidades interessadas em conhecer seu desempenho, tais como: clientes, banqueiros, fornecedores, credores em geral, analistas financeiros, acionistas, investidores, órgãos governamentais diversos, desde estatísticos e de planejamento até órgãos controladores de impostos etc (2004, p.03).

Para Iudícibus *et al* (2010, p.35) “a administração da entidade tem a responsabilidade primária pela preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. A administração também está interessada nas informações contidas nas demonstrações contábeis”.

Como visto, é preciso conhecer a entidade para depois poder avaliar suas informações, e para fazer o conhecimento dessas informações os usuários devem basearem-se nas demonstrações contábeis pois essas elaboradas por profissional qualificado e responsável podem evidenciar a real situação da mesma.

2.1.2 Contabilidade Gerencial

A contabilidade gerencial identifica-se como uma das ferramentas da gestão que proporciona ao gerente uma visão do andamento interno da entidade. “A contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa” (IUDÍCIBUS, 1998, p.21).

Crepaldi (1998, p.18) sustenta que a Contabilidade Gerencial “é voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle

dos insumos efetuados por um sistema de informação a terceiros”.

Identifica-se que o gerenciamento das atividades dentro da empresa é muito importante pois conforme salienta Pizzolato (2004, p.194) “a Contabilidade Gerencial está voltada para a informação contábil que pode ser útil à administração”.

O mesmo autor (2004, p.194) reforça que a Contabilidade Gerencial “trata-se de qualquer conjunto de informações com origem contábil para circulação interna, na forma adequada para assessorar gerentes no processo decisório”.

Conforme nos aponta Warren, Reeve e Fess (2001, p.03) “as informações da contabilidade gerencial incluem dados históricos e estimados usados pela administração na condução de operações diárias, no planejamento de operações futuras e no desenvolvimento de estratégias de negócios integradas”.

O mesmo autor (2001, p.03) comenta que “as características da contabilidade gerencial são influenciadas pelas variadas necessidades da administração”.

Também nos mostra Warren, Reeve e Fess (2001, p.03) que:

Primeiramente, os relatórios de contabilidade gerencial fornecem medidas objetivas de operações passadas e estimativas subjetivas de futuras decisões. O uso de estimativas nesses relatórios auxilia a administração a responder às oportunidades de negócios. Segundo, os relatórios gerenciais não precisam ser preparados conforme os princípios fundamentais da contabilidade. Já que somente a administração usa as informações da contabilidade gerencial.

Pela presente explanação dos autores acima resumi-se que a Contabilidade Gerencial precisa estar incluída na forma de gestão da entidade, pois é uma ferramenta a mais que juntada as outras garante ao gerente tomar decisões que possam fazer com que a empresa tenha sempre solidificação nos seus negócios.

2.2 CONTROLE INTERNO

Este capítulo tem o objetivo de demonstrar a importância do controle interno no

contexto da organização.

Segundo Almeida (2010, p.42) “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

Para Mosimann e Fisch (1999, p.70) define-se o controle como “um instrumento administrativo exigido pela crescente complexidade das empresas a fim de atingir um bom desempenho”.

O mesmo autor (1999, p.71) ainda enfatiza que “a eficácia de um gestor está fortemente ligada ao impacto causado pelo relacionamento com seus subordinados, isto é ao processo de controle exercido”.

Crepaldi (1998, p.41) afirma que:

Podemos definir controle interno como o sistema, de uma empresa, que compreende o plano de organização, os deveres e responsabilidades e todos os métodos e medidas adotadas com a finalidade: salvaguardar os ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados e relatórios contábeis e de outros dados operacionais, desenvolver a eficiência nas operações, comunicar e estimular o cumprimento das políticas, normas e procedimentos administrativos adotados.

Já o CRC-SP (1998, p.20) nos acrescenta que “o controle interno em conjunto com a contabilidade deve garantir que todas as operações se registrem oportunamente, pelo valor correto”.

O mesmo (1998, p.50) de fato aponta que: “controle interno é a expressão utilizada para descrever todas as medidas tomadas pela administração da empresa para dirigir e controlar seus empregados”.

Como também nos diz Paula (1999, p.21) “o controle constitui-se parte do processo administrativo que pode ser dividido, resumidamente em planejamento, execução e controle”.

Conforme os autores Greco e Arend (2001, p.18) o controle pode ser exemplificado como “o processo através do qual a administração se certifica de que a organização está agindo de acordo com os planos e a política administrativa previamente traçados”.

Acredita-se que em uma instituição o controle juntamente com o planejamento garante uma das melhores formas de decidir e de traçar o plano de ação.

Para Attie (1998, p.110) “[...] um sistema de controle interno se projeta além daquelas questões diretamente relacionadas com as funções dos departamentos de contabilidade e de finanças”.

No entanto Oliveira *et al* (2011, p.70 e 71) nos aponta que:

O controle interno é composto pelos planos de organização e pela coordenação dos métodos e medidas implantados pela empresa para proteger seu patrimônio, seus recursos líquidos e operacionais, por meio de atividades de fiscalização e verificação da fidedignidade dos administradores e da exatidão dos processos de manipulação de dados contábeis, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e a adesão às políticas e estratégias traçadas pela alta gestão.

O mesmo autor (2011, p.71) acrescenta que “[...] os sistemas contábeis e de controles internos é o conjunto de procedimentos que, integrados ao fluxo operacional da empresa, visa detectar e prevenir desvios, erros e irregularidades, intencionais ou não”.

Identifica-se que o controle interno dentro de uma instituição pode ser considerado como viga mestre, ou seja um plano de organização que deve ser feito junto com a direção para que o andamento dos negócios seja de boa qualidade. Nota-se também que para que a entidade tenha continuidade, precisa-se fazer o uso devido do controle interno para averiguação se todas as medidas e as políticas administrativas da empresa estão sendo seguidas.

Os autores acima evidenciam que com o uso do controle interno as empresas podem garantir maior confiabilidade para dirigir e governar seus negócios.

2.2.1 Princípios Fundamentais dos Controles Contábeis

Identifica-se que na contabilidade os princípios geralmente aceitos precisam de fato ser coerentes com os regulamentos.

Como faz notar Greco e Arend (2001, p.20) “princípios de contabilidade são as normas que proporcionam interpretação uniforme das demonstrações contábeis”.

Nessa mesma linha de raciocínio Attie (1998, p.89) sustenta que :

Os princípios contábeis permitem aos usuários fixar padrões de comparação e credibilidade, em função do reconhecimento dos critérios adotados para elaboração das demonstrações financeiras, aumentam a utilidade dos dados fornecidos e facilitam a adequada interpretação entre empresas do mesmo setor.

Conforme a Resolução CFC nº 750/93 os princípios contábeis fundamentais são:

- Princípio da Entidade; “o patrimônio da entidade não se confunde com o dos seus sócios ou acionistas, ou proprietário individual” (GRECO e AREND, 2001, p. 24).

- Princípio da Continuidade; “a vida da entidade é continuada, por consequência, como as demonstrações contábeis são estáticas, não podem ser desvinculadas dos períodos anteriores e subsequentes” (GRECO e AREND, 2001, p.24).

- Princípio da Oportunidade; “as mudanças nos ativos, passivos e na expressão contábil do patrimônio líquido devem reconhecer-se formalmente nos registros contábeis logo que ocorrerem [...]” (GRECO e AREND, 2001, p.24).

- Princípio do Registro pelo valor original; “a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada” (GRECO e AREND, 2001, p.25).

- Princípio da Competência; “as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se

correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento” (GRECO e AREND, 2001, p.25).

- Princípio da Prudência “determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo sempre que apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais”(GRECO e AREND, 2001, p.26).

Segundo Gouveia (1993, p.367):

Os princípios da contabilidade originaram-se da necessidade do estabelecimento de normas gerais que não somente orientassem as empresas na elaboração de demonstrações contábeis, mas permitissem aos seus leitores fixar padrões de comparabilidade e credibilidade, em função do conhecimento dos critérios adotados na elaboração dessas demonstrações.

2.2.2 A importância do Controle Interno

O tema que trata da importância do controle interno buscando esclarecer que ferramenta é essa, e para que finalidade é utilizada.

Nota-se que na maioria das entidades o comando é feito por um responsável que tem a função de diretor geral ou executivo, como afirma Oliveira *et al* (2011, p.71):

[...] as empresas são gerenciadas de forma segmentada, quase sempre existindo um executivo responsável em cada uma das diversas divisões, departamentos ou setores. Tais responsáveis devem, evidentemente, prestar contas periódicas do desempenho de sua área, dentro da alçada de gerenciamento.

Oliveira *et al* (2011, p.72) sustentam que “[...] um sistema de contabilidade que não esteja apoiado em um controle interno eficiente é, até certo ponto, inútil, uma vez que não é

possível confiar nas informações contidas em seus relatórios”.

No entanto Crepaldi (1998, p.47) também argumenta que: “é de fundamental importância a utilização de um controle adequado sobre cada sistema operacional, pois dessa maneira atingem-se os resultados mais favoráveis com menores desperdícios”.

Sabe-se o quanto é importante ter o controle interno ativo dentro de uma instituição e que o mesmo precisa ser de qualidade para poder proporcionar aos gestores a melhor tomada de decisão.

Também concluí-se que a empresa tem que fundamentar suas metas para depois passar aos funcionários ou seja: “a empresa deve definir no manual de organização todas as suas rotinas internas” (ALMEIDA, 2003, p.65).

Conforme Almeida (2003, p.65 e 66) essas rotinas compreendem:

Requisição de aquisição de material ou serviços, formulários de cotação de preços, mapa de licitação ordem de compra, aviso de recebimento de material, mapa de controle de programação financeira, fichas de lançamento contábil, boletim de fundo fixo, carta de comunicação com os bancos, formulários de devolução de material, pedido de vendas, adiantamento para viagens, relatórios de prestação de contas de adiantamento para viagem, instruções para o preenchimento e destinação dos formulários internos e externos, evidências das execuções dos procedimentos internos de controle, procedimentos internos dos diversos setores da empresa como por exemplo: compras no país e no exterior, contas a pagar, programação financeira, caixa, controle de faturamento, crédito e cobrança, vendas, fiscal, almoxarifado e controladoria.

Attie (1998, p.113) também faz notar que:

A confiabilidade dos resultados gerados por esse fluxo que transforma simples dados em informações a partir das quais os empresários, utilizando-se de suas experiências administrativas, tomam decisões com vistas no objetivo comum da empresa assume vital importância.

O mesmo autor (1998, p.113) reforça “para que se verifique a importância do

controle é oportuno analisar o crescimento e a diversificação de uma empresa”.

Conforme o autor Attie (1998, p.113) o sistema de controle interno é muito eficiente pois permite que os gestores tenham em mãos relatórios que apontem como está a administração, esse sistema de controle interno também dá liberdade aos funcionários para buscarem melhores resultados e conseqüentemente não fazerem o uso de atos fraudulentos que possam trazer prejuízos a entidade.

Como fazem notar os autores acima o controle interno resume-se em tamanho, responsabilidades e prevenção, devem se avaliar o tamanho da entidade pois quanto maior mais difícil é de se controlar, também deve ser analisado as responsabilidades que o funcionário responsável por esse controle deve ter dentro desse contexto e por último destaca-se a prevenção que é um fato muito relevante, pois acaba por se protegendo o patrimônio da entidade contra possíveis falhas ou erros humanos.

2.2.3 Segregação de Funções

O presente tema tem como objetivo, determinar o que é a segregação de função, bem como seu benefício para a entidade.

Para Almeida (2003, p. 67):

A segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno.

Ainda nesta mesma linha de considerações Almeida (2010, p.46) diz que o acesso aos registro contábeis “representa as pessoas que os preparam ou manuseiam informações que servem de base para sua elaboração, em circunstância que lhes permitem modificar os

dados desses registros”.

Attie (1992, p.205) afirma que a segregação de funções: “estabelece a independência para as funções de execução operacional, custódia física e contabilização. Ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação [...]”.

No entanto para Crepaldi (1998, p.44) “geralmente, considera-se a correta segregação de funções como o elemento mais importante de um sistema eficaz de controle interno”.

Já para Attie (1998, p.117) “ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação. Cada uma dessas fases deve, preferencialmente, ser executada por pessoas e setores independentes entre si”.

Conforme os autores acima, a evolução e o crescimento das empresas fazem com que a departamentalização seja requisitada para a própria evolução da mesma.

2.2.4 Erro e Fraude

No contexto organizacional de uma entidade nota-se que vários fatores podem afetar a saúde financeira e que estão sempre passíveis a acontecer, por isso deve se haver o controle com devido zelo.

Segundo Florentino (1988, p.130) “os erros, quando ocorrem, não são intencionais nem dolosos, pois são consequência das falhas humanas”.

Para o mesmo autor (1988, p.130) os erros podem ser classificados em:

- Omissão de registros ou lançamentos.
- Registros ou lançamento processados por valores diferentes dos reais.
- Registros ou lançamentos processados em duplicidade.
- Erros em somas, cálculos ou obtenção de saldos.
- Registros ou lançamentos processados em colunas erradas.

Florentino (1988, p.131) também considera que diferentemente do erro às fraudes “são manipuladas ou preparadas para benefício do defraudador, para apresentar situações contábeis artificiais, ou para lesar o Fisco”.

Como evidencia Attie (1998, p.127) :

Os erros podem ser de interpretação como por exemplo, a aplicação errônea dos princípios contábeis geralmente aceitos na contabilização de transações; de omissão por não aplicar um procedimento prescrito nas normas em vigor; decorrentes da má aplicação de uma norma ou procedimento.

Já a fraude como nos comenta o mesmo autor (1998, p.127) “[...] assume múltiplas modalidades. Das diversas classificações de fraude até hoje tentadas, reveste-se de interesses as que as divide em: Não cobertas, Encobertas temporariamente e Encobertas permanentemente”.

Identifica-se segundo o autor Attie (1998, p.127) que as fraudes de natureza não cobertas são aquelas que o autor não se preocupa em esconder, pelo motivo do mal controle interno que deixa a desejar sendo um controle fraco.

As encobertas temporariamente são aquelas feitas sem registros ou seja uma aquelas retiradas de dinheiro que podem ser registradas posteriormente, e por final temos as Encobertas permanentemente nesse tipo de fraude o autor preocupa-se em tentar burlar a todos, faz lançamentos e até falsificar documentos (ATTIE, 1998, p.127).

Já Franco e Marra (2001, p. 59) consideram:

Fraude, o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis; erro, o ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

Como ressaltam os autores acima, os controles internos são eficaz no combate das fraudes e erros. Estes devem ser adotados pelas entidades como meio de prevenção.

2.2.5 A detecção de Erro ou Fraude

Neste tópico, abordar-se-á a detecção de erros e fraudes, ferramentas utilizadas na detecção, extensão e gravidade do erro ou fraude encontrados.

Conforme Attie (1998, p.127) “[...] o sistema de controle interno deve permitir detectar todas as irregularidades. Um bom sistema de controle interno oferece maiores possibilidades de pronta identificação de fraudes em qualquer que seja a sua modalidade à identificação”.

Para Franco e Marra (2001, p.59) “ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e surgir medidas corretivas, informação sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas”.

Portanto, detectar o erro ou fraude, é de competência do controle interno dentro da entidade.

Observa-se que depois de identificar os erros ou possíveis fraudes o controle interno deve tomar as devidas providências para que a direção possa estar por dentro do que está acontecendo e poder ao mesmo tempo avaliar e encontrar a melhor forma de resolução do problema.

2.3 AUDITORIA

Esta seção tem por objetivo demonstrar as virtudes da auditoria.

Segundo Florentino (1988, p.141) “a auditoria Contábil é um sistema permanente de atividades especializadas exercidas em uma entidade, compreendendo o conhecimento das leis, normas ou costumes que regem as atividades da entidade [...]”.

Conforme o mesmo autor (1988, p.141) as finalidades da auditoria são apurar:

- se os demonstrativos contábeis expressam a realidade patrimonial da entidade e a realidade de suas relações com terceiros.
- se as operações da entidade foram conduzidas conforme as leis e normas vigentes.
- se os bens ou valores administrados pela entidade não sofreram fraudes, desvios ou extravios.

Franco e Marra (2001, p.26) sustentam que:

A auditoria consiste no exame de documentos, livros e registros, inspeções, obtenção de informações e confirmações internas e externas, obedecendo a normas apropriadas de procedimento, objetivando verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação nelas demonstrada, de acordo com princípios fundamentais e normas de contabilidade, aplicados de maneira uniforme.

Para Attie (1998, p.25) “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

No entanto para Franco e Marra (2001, p.28) “os exames são efetuados de acordo com as normas de auditoria usualmente aceitas e incluem os procedimentos que os auditores julgarem necessários, em cada circunstância, para obter elementos de convicção”.

Sá (2002, p.21) considera que “a auditoria contábil é uma tecnologia que se utiliza da revisão, da pesquisa, para fins de opinião e orientação sobre situações patrimoniais de empresas e instituições”.

Sá (2002, p.26) também argumenta que “a auditoria deve buscar as suas normas práticas dentro dos postulados da contabilidade por uma questão de hierarquia lógica”.

Almeida (2003, p.31) aponta alguns órgãos relacionados com os auditores que são:

- CVM;
- Instituto Brasileiro de Contadores - Ibracon
- CFC e Conselhos Regionais de Contabilidade – CRC
- Instituto dos Auditores Internos do Brasil – Audibra

Almeida (2003, p.31, 32 e 33) considera também que :

- “a CVM também estabelece regras para os auditores independentes e normas de contabilidade a serem seguidas pelas citadas sociedades”.

- “o Ibracon é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com objetivos de fixar princípios de contabilidade e elaborar normas e procedimentos relacionados com a auditoria e perícias contábeis”.

- CFC e CRC “conselho federal de contabilidade e conselhos regionais de contabilidade representam entidades de classes dos contadores, ou seja, é o local onde o aluno, após concluir o curso de Ciências Contábeis, presta um exame de suficiência”.

- AUDIBRA “é uma sociedade civil de direito privado e não tem fins lucrativos com principal objetivo promover o desenvolvimento da auditoria interna, mediante o intercâmbio de ideias, reuniões, conferências, intercâmbio com outras instituições [...]”.

Observa-se que a auditoria também exerce o papel de proteção do patrimônio da entidade, pois ela examina as demonstrações da entidade. Acredita-se que se o controle interno for de boa qualidade a realização dos testes de auditoria conseqüentemente será menor.

2.3.1 Auditoria Interna

O título pretende esclarecer quais as atribuições da auditoria interna, bem como, distinguir sua competência da auditoria externa.

No contexto institucional a auditoria interna pode ser vista como uma atividade independente que ajuda na avaliação e organização e também na supervisão do controle interno.

Segundo Attie (1992, p.27) “a auditoria interna, como um todo, precisa ter amplo, livre e irrestrito acesso a todas as atividades da empresa, registros, propriedades e pessoal, segundo, obviamente, os procedimentos instituídos em cada uma das áreas”.

Para Almeida (2003, p.29):

A administração da empresa, com a expansão dos negócios, sentiu a necessidade de dar maior ênfase às normas ou aos procedimentos internos, devido ao fato de que o administrador, ou em alguns casos o proprietário da empresa não poderia supervisionar pessoalmente todas as suas atividades”.

Conforme Attie (1992, p.28) “a auditoria interna é uma função independente de avaliação, criada dentro da empresa para examinar e avaliar suas atividades, como um serviço a essa mesma organização”.

Almeida (2003, p.29) enfatiza que “o auditor externo ou independente, além de sua opinião ou parecer sobre as demonstrações contábeis, passou a emitir um relatório, no qual apresentava sugestões para solucionar os problemas da empresa”.

O mesmo (2003, p.29) afirma que “portanto, surgiu o auditor interno como uma ramificação da profissão de auditor externo, e conseqüentemente, do contador. O auditor interno é um empregado da empresa”.

No entanto Paula (1999, p.32) “conceitua a auditoria interna como o conjunto de

procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações sobre aspectos físicos, contábeis, financeiros e operacionais da entidade”.

Para Gouveia (1993, p.07) “a auditoria interna tem como objetivo básico a prevenção ou a descoberta de possíveis fraudes, através da avaliação da eficiência e do cumprimento do sistema de controle internos utilizado por uma empresa”.

Gouveia (1993, p.07) também entende que “os auditores internos, dentro de uma companhia, representam verdadeiros agentes de segurança, devendo ficar subordinados diretamente a apenas aos escalões mais altos da administração”.

Attie (1998, p.40) sustenta que “o objetivo da auditoria é verificar a propriedade das demonstrações financeiras e sua preparação em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade e regras vigentes”.

Observa-se que a auditoria interna pode ser feita em várias áreas da entidade, identifica-se a auditoria nos estoques como sendo muito relevante, pois garantirá um estoque protegido e livres de erros.

Segundo Attie (1998, p.293) “a auditoria dos estoques tem a finalidade de determinar sua existência, que poderá estar na companhia, em custódia com terceiros ou em trânsito, determinar se é pertencente à companhia e determinar se foram aplicados os princípios de contabilidade [...]”.

O mesmo (1998, p.293) ainda assinala que é finalidade da auditoria nos estoques é “determinar a existência de estoques penhorados ou dados em garantia, determinar se estão corretamente classificados nas demonstrações financeiras e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas”.

Almeida (2003, p.31) argumenta que “o auditor externo ou independente, para exercer atividades no mercado de valores mobiliários (companhias abertas e instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários está sujeito a prévio registro na CVM”.

Segundo os autores acima citados a auditoria interna pode ser de suma importância pois além de trazer ao gerente relatórios que apresentam como está a administração, ainda

permitem que para a execução da auditoria externa possa-se fazer menor uso de teses.

2.4 ESTOQUES

O capítulo de estoques, tem por objetivo, descrever as particularidades deste setor, ainda, esclarecer o funcionamento do mesmo, também, abordar algumas dificuldades no controle deste setor.

Ao referir-se ao assunto Viana (2002, p.114) enfatiza que “os estoques são recursos ociosos que possuem valor econômico, os quais representam um investimento destinado a incrementar as atividades de produção e servir aos clientes”.

Para Russomano (1995, p.152) “estoque é qualquer quantidade de material que seja armazenada, para uso futuro, por algum intervalo de tempo”.

Gouveia (1993, p.116) salienta que a respeito do controle de estoques “a administração de uma companhia pode dispor permanentemente de informações básicas para o planejamento das compras, de forma a evitar que haja falta de mercadorias ou compras em excesso, bem como acompanhar a evolução do resultado contábil [...]”.

Para Almeida (2003, p.134) os estoques “são importantes na apuração do lucro líquido de cada exercício social e na determinação do valor capital circulante líquido do balanço patrimonial”.

No entanto para Martins e Alt (2000, p.134) “os estoques têm a função de funcionar como reguladores do fluxo de negócio”.

O mesmo autor (2003, p.223) identifica que:

As principais classes de estoques compreendem: matérias-primas, bens comprados e destinados à produção, produtos em processo, bens que estão em processo de produção, produtos acabados, bens produzidos e bens comprados e destinados à venda.

No entanto Iudícibus *et al* (2010, p.72) afirma que “os estoques estão intimamente ligados às principais áreas de operação das companhias e envolvem problemas de administração, controle, contabilização e, principalmente, avaliação”.

Iudícibus *et al* (2010, p.72) consideram também que “no caso de companhias industriais e comerciais, os estoques representam um dos ativos mais importantes do capital circulante e da posição financeira”.

Para Greco e Arend (2001, p.175) “o grupo de contas estoques assume grande importância no contexto do balanço patrimonial e os efeitos das suas variações são imediatamente refletidos no Patrimônio Líquido”.

O mesmo autor (2001, p.175) enfatiza ainda que “[...] é preciso decidir sobre manter posição e controle sempre atualizados de estoques ou apenas verificar os existentes no final do exercício, oportunidade em que os resultados devem ser obrigatoriamente apurados”.

Para Iudícibus *et al* (2010, p.72) “ os estoques são bens tangíveis ou intangíveis adquiridos ou produzidos pela empresa com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal de suas atividades”.

Conforme Viana (2002, p.110) o estoque de uma entidade pode ser definido como “materiais, mercadorias ou produtos acumulados para utilização posterior, de modo a permitir o atendimento regular das necessidades dos usuários”.

Para Martins e Alt (2000, p.136) “os estoques estão classificados em cinco grupos”:

- Estoques de matérias primas: “São todos os itens utilizados nos processos de transformação em produtos acabados. Todos os materiais armazenados que a empresa compra para usar no processo produtivo [...]”.

- Estoques de produtos em processos: “correspondem a todos os itens que já entraram no processo produtivo, mas que ainda não são produtos acabados. São os materiais que começaram a sofrer alterações, sem contudo, estar finalizados [...]”.

- Estoques de produtos acabados: “são todos os itens que já estão prontos para ser

entregues aos consumidores finais”.

- Estoques em trânsito: “correspondem a todos os itens que já foram despachados de uma unidade fabril para outra, normalmente da mesma empresa, e que ainda não chegaram ao seu destino final”.

- Estoques em consignação: “são os materiais que continuam sendo propriedade do fornecedor até que sejam vendidos”.

Também salientam Martins e Alt (2000, p.136) que os materiais que compõem o estoque podem ser classificados em:

Materiais diretos: “também denominados materiais produtivos ou matérias primas, são aqueles que se agregam ao produto final, isto é saem com o produto final: ex. Os pneus de um automóvel”.

Materiais indiretos: também denominados materiais não produtivos ou materiais auxiliares, são aqueles que não se agregam, isto é, não saem como o produto final: ex. Óleos de corte das máquinas.

Entende-se também que o estoque conceitua-se como uma base para que o capital de giro circule dentro da entidade, identifica-se que a sua quantidade deve atender a necessidade de sua demanda e por isso precisa estar muito bem gerida.

Segundo os autores acima citados os estoques garantem a solvência dos negócios e sempre precisam conter o menor número possível, para não acontecer de ter muito material estocado e esse não girar, podendo assim, ficar desvalorizado e a entidade perder dinheiro.

2.4.1 Avaliação dos Estoques

A avaliação dos estoques é um tema muito importante para o entendimento do setor, neste título, procurar-se-á apresentar os métodos de avaliação e valoração dos estoques.

Conforme o que sustenta Martins e Alt (2000, p.141) “o estoque custa dinheiro [...] e a necessidade de manter estoques acarreta uma série de custos às empresas”.

Também faz nota Martins e Alt (2000, p.155) que “como os estoques representam parcela substancial dos ativos das empresas, devem ser encarados como um fator potencial de geração de negócios e de lucros”.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, “os estoques são avaliados pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-los ao valor de mercado, quando este for inferior”(ALMEIDA, 2003, p.228).

No entanto Iudícibus *et al* (2010, p.76) nos mostra que:

[...] para fins de mensuração dos estoques, a regra é valor de custo ou valor realizável líquido dos dois o menor. Por valor realizável líquido entende-se o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

Segundo Iudícibus *et al* (2010, p.76) entende-se por valor realizável líquido o “preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda”.

Ao referir-se ao valor justo o CPC (46) destaca “como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração”.

Conforme Gouveia (1993, p.174) “uma empresa pode controlar seus estoques pelos sistemas de inventário periódico ou permanente. Da mesma forma, pode utilizar os métodos de valorização de estoques aquele que lhe for mais conveniente”.

Assinala Iudícibus *et al* (2010, p.77) que “um dos aspectos mais complexos na Contabilidade prende-se à apuração e determinação do custo dos estoques”.

2.4.2 Controle dos Estoques

Este tópico avalia a importância e a necessidade de se controlar os estoques.

Segundo Martins e Alt (2000, p.155) “a gestão de estoques constitui uma série de ações que permitem ao administrador verificar se os estoques estão sendo bem utilizados, bem localizados em relação aos setores que deles se utilizam, bem manuseados e bem controlados”.

Para Viana (2002, p.118) “os objetivos de se ter um bom controle de estoque é que”:

- “as necessidades efetivas de seus consumidores sejam satisfeitas com mínimo custo e menor risco de falta possível”.

- “sejam assegurada a seus consumidores a continuidade de fornecimento”.

- “O valor obtido pela continuidade de fornecimento deve ser inferior a sua própria falta”.

Viana (2002, p.120) nos afirma também que “os estoques podem ser gerenciados por meios de dois modelos fundamentais ou seja pelo gerenciamento manual por meio de fichas de prateleiras e pelo gerenciamento mecanizado através da utilização da informática”.

Segundo Ballou (1993, p.208) “o controle de estoques exerce influência muito grande na rentabilidade da empresa. Eles absorvem capital que poderia estar sendo investido de outras maneiras”.

Conforme Ballou (1993, p.209) “dividir o estoque em classes ou tipos facilita o controle do mesmo. Uma das melhores maneiras de classificar é segundo a natureza de sua demanda [...]. Esta pode ser permanente, sazonal, irregular e em declínio e derivada”.

- Demanda permanente “muitos produtos têm ciclo de vida muito longo, de forma que parecem que vão ser comercializados para sempre[...] estoques de demanda permanente são aqueles que requerem ressurgimento contínuo ou periódico”(1993, p.209).

- Demanda sazonal “grande número de produtos tem tal sazonalidade na demanda que não podem ser controlados da mesma forma que produtos com demanda permanente, ex

iluminação para árvores de natal”(1993, p.209).

- Demanda irregular “alguns produtos têm comportamento tão irregular que a projeção de suas vendas é muito difícil - ex.: automóveis pequenos x automóveis grandes”.

- Demanda em declínio “algum dia a demanda de um produto acaba e, então, um produto novo vem em seu lugar. O declínio da demanda é geralmente gradual e os estoques excedentes podem ser diminuídos pouco a pouco” (1993, p.210).

- Demanda derivada “para alguns produtos, sua demanda é conhecida se a demanda dos produtos acabados puder ser determinada ex previsão de venda de automóveis novos pode-se calcular facilmente a necessidade de pneus” (1993, p.210).

Os autores acima apontam que o controle do estoque precisa sempre ser de primeira qualidade, pois as entidades que não fazem o devido uso desse controle pode perder muito com desvalorização e também com excesso de quantidade do mesmo.

2.4.3 Métodos de Valorização dos Estoques

O título acima tem como intuito identificar os métodos que existem para melhor valorar os estoques.

Greco e Arend (2001, p.180) ressaltam que “Existem diversos métodos para determinar o valor dos estoques em determinada data, bem como o custo das mercadorias vendidas”.

No entanto o CPC (R1) 16 Estoques afirma que “o custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos devem ser atribuído pelo uso da identificação específica dos seus custos individuais”.

Conforme o CPC (R1) 16 Estoques um dos critérios de valorização do estoque é o PEPS esse pressupõe-se que os itens de estoque que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar.

Também ressalta o CPC (R1) 16 Estoques que pelo critério do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo dos mesmos itens comprados ou produzidos durante o período.

Segundo Gouveia (1993, p.131) “pelo método de preço ou custo médio corrente, a valorização é efetuada pelo custo unitário encontrado através da divisão do valor do estoque pela quantidade estocada”

Gouveia (1993, p.132) também comenta que “custo médio corrente se deve justamente ao fato de ser ele apurado sempre que uma nova entrada é registrada”.

Já Iudícibus *et al* (2010, p.79) salienta que “no método PEPS, primeiro que entra primeiro que sai [...] a medida que ocorrem as vendas ou o consumo, vai se dando baixa, a partir das primeiras compras”.

Para Gouveia (1993, p.123) “o método PEPS, consiste em utilizar o custo unitário das compras efetuadas primeiro para valorizar as quantidades vendidas e, dessa forma, obter o valor do custo das vendas”.

Iudícibus *et al* (2010, p.79) aponta que “o método UEPS, último que entra primeiro que sai, representa exatamente o oposto do sistema anterior, dando-se baixa nas vendas pelo custo da última mercadoria que entrou; assim a última a entrar é a primeira a sair”.

O mesmo autor (2010, p.79) comenta sobre a média ponderada afirmando que “por esse critério, o valor médio de cada unidade em estoque altera-se pelas compras de outras unidades por um preço diferente”.

Já Gouveia (1993, p.130) destaca que “esse método UEPS, entretanto, é utilizado muito raramente pelas empresas no Brasil, por não ser aceito pela legislação do imposto de renda”.

Iudícibus *et al* (2010, p.79) sustenta que com esse método UEPS “obriga-se a fazer o maior número de cálculos, ao mesmo tempo em que foge dos extremos, dando como custo da aquisição um valor médio das compras”.

Conforme Russomano (1995, p.152) “os custos associados à manutenção de um

estoque são: custo de produzir o item, despesa com sua aquisição e ou preparação e custo da armazenagem do item”.

JaBallou (1993, p.211) afirma a existência de três categorias diferentes de custos “custos de manutenção, custos de requisição ou compra e custos de falta de estoque”.

O mesmo autor (1993, p.211) enfatiza que.

- Custos de manutenção de estoque: “todos os custos necessários para manter certa quantidade de mercadorias por um período de tempo”.

- Custo de compra: “estão associados ao processo de aquisição das quantidades requeridas para reposição do estoque”

- Custo de Falta: “são aqueles que ocorrem caso haja demanda por itens em falta no estoque”.

Segundo Iudícibuset *al* (2010, p.83) “o custo dos estoques de produtos em processo e acabados deve ser feito pelo custeio real por absorção, ou seja deve incluir todos os custos diretos e indiretos necessários para colocar o item em condição de venda”.

O mesmo autor (2010, p.83) sustenta que:

- “os custos dos materiais diretos equivalem à valoração dos consumos efetuados pela produção, na forma de determinação de custo anteriormente estudada”.

- “os custos de mão de obra direta incluem salários do pessoal que trabalha direta e produtivamente na fabricação do produto, adicionados a eles os respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários”.

- “os gastos gerais de fabricação, também chamados custos indiretos industriais, incluem todos os demais custos incorridos na produção [...]”.

Também ressalta Iudícibuset *al* (2010, p.84) que “os sistemas de custeio são geralmente determinados sob dois tipos básicos de procedimentos ou sistemas, o por ordem e por processo”.

- Custos por ordem: “é o método pelo qual os custos são acumulados para cada ordem, representando um lote de um ou mais itens produzidos. Sua característica básica é

identificar e agrupar especificamente os custos [...]”.

- Custos por processos: “é o método mediante o qual os custos são acumulados por fase do processo, por operação ou por departamento, estabelecendo-se uma média de custos que toma por base as unidades processadas ou produzidas [...]”.

Conforme o que foi citado pelos autores acima os meios de valorização do estoque precisam sempre estar corretos, pois só assim a empresa estará com seu estoque condizente com o valor real do mesmo no mercado, com isso terá uma maior confiabilidade em seus negócios e terá a certeza que não perderá dinheiro com seu investimento.

2.4.4 Inventário Físico

Esta seção irá abordar sobre a importância do inventário físico para o sistema de controle de estoque.

A despeito disso Viana (2002, p.381) afirma que “o inventário físico é uma contagem periódica dos materiais existentes para efeito de comparação com os estoques registrados e contabilizados em controle da empresa, a fim de se comprovar sua existência e exatidão”.

Segundo Martins e Alt (2000, p.156) “caso haja diferenças entre o inventário físico e os registros do controle de estoques devem ser feitos os ajustes conforme recomendações contábeis e tributárias”.

Almeida (2003, p.231) considera que “o inventário físico representa um procedimento de controle que visa apurar as responsabilidades das pessoas que custodiam bens da empresa”.

O mesmo autor (2003, p.231) enfatiza que “esse procedimento é executado pela contagem física dos bens e confronto do resultado com os registros de estoque. Além disso, o inventário físico visa adequar os registros contábeis à real situação existente”.

Conforme Martins e Alt (2000, p.156) “o estoque físico é dividido em dois modos: periódico e rotativo”.

- Estoque periódico é “quando em determinados períodos normalmente no

encerramento dos exercícios fiscais, ou duas vezes por ano faz-se a contagem física de todos os itens do estoque”.

- Estoque rotativo é “quando permanentemente se contam os itens em estoque. Nesse caso faz-se um programa de trabalho de tal forma que todos os itens sejam contados pelo menos uma vez dentro do período fiscal normalmente de um ano”.

Já Almeida (2003, p.231) afirma que:

Existem empresas que fazem inventários físicos de todos os bens do estoque no final ou próximo ao final do exercício social, enquanto outras procedem contagens físicas ao longo dos meses do ano, de forma que todos os bens sejam contados pelo menos uma vez durante o exercício social. Esse método pressupõe que a empresa tenha registro perpétuo de estoque representa um registro analítico e indica a movimentação em reais e quantidades por bem e um bom sistema de controle interno.

Conforme também aponta Almeida (2003, p.232) “devem ser identificados claramente os locais onde serão realizados os inventários físicos. Esse ponto é muito importante principalmente em companhias que têm diversos almoxarifados e fábricas em vários locais”.

Considera também Almeida (2003, p.232) que “deve se determinar, com certa antecedência, o pessoal que irá participar do inventário físico e suas respectivas responsabilidades”.

De fato como nos fala Iudícibus *et al* (2010, p.94)

[...] um aspecto fundamental quanto aos estoques, referem se a uma correta determinação das quantidades físicas dos mesmos na data do balanço. De fato, este aspecto tem gerado distorções significativas nas demonstrações financeiras de inúmeras empresas, e nada adianta um bom critério de avaliação e de custos se as quantidades estiverem erradas.

Para Viana (2002, p.181) “os inventários visam confrontar a realidade física dos estoques, em determinado momento, com os registros contábeis correspondentes nesse mesmo momento”.

Para Gouveia (1993, p.136) “pela contagem física, a companhia que utiliza o sistema de inventário periódico obtém apenas as quantidades em estoque”.

Outro aspecto levantado por Gouveia (1993, p.140) é que:

A principal desvantagem do sistema de inventário periódico é que apenas esporadicamente a administração da companhia fica conhecendo seus resultados, nas ocasiões em que o CVM é apurado, ao passo que, pelo sistema de inventário permanente, a evolução do resultado da companhia pode ser acompanhada em bases mensais, permitindo decisões de natureza corretiva em tempo hábil.

Para Almeida (2010, p.199) “as contagens físicas devem ser realizadas pelo menos uma vez por ano e as instruções e treinamentos adequados do pessoal participante do inventário é pré-requisito para que o mesmo seja bem sucedido”.

Segundo os autores acima, o estoque precisa ser comparado, avaliado e também ajustado em caso de necessidade, podendo assim se ter uma avaliação também do profissional responsável por este setor.

2.4.5 Movimentação dos Estoques

Este tópico tem como intuito mostrar como deve ocorrer a movimentação dos estoques.

Conforme Almeida (2003, p.233) “os setores de produção, de recepção de matérias-primas e de expedição de produtos acabados não deverão funcionar nos dias do inventário físico. Os fornecedores devem ser instruídos por escrito para não enviarem matérias-primas nos dias das contagens”.

Almeida (2003, p.233) também argumenta que se “caso algum desses setores funcione, deverão ser tomadas medidas de controle visando evitar que produtos sejam inventariados em duplicidade ou que deixem de ser contados”.

2.5 COOPERATIVISMO

O presente tema tem como objetivo identificar a relevância do trabalho em conjunto e da cooperação dentro das instituições.

Segundo a OCERGS “o cooperativismo brasileiro abrange 13 áreas econômicas: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e goza de reconhecimento no cenário socioeconômico do país”.

Também intensifica a OCERGS que o cooperativismo “é uma doutrina socioeconômica fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativos. A cultura cooperativista visa desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de forma criativa, inteligente, justa, harmônica, procurando a sua melhoria contínua”.

Para Santos, Gouveia e Vieira (2008, p.19) “cooperativa é associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum através de uma entidade de propriedade conjunta e de gestão democrática”.

Lima (2008, p.27 *apud* Veiga e Fonseca) conceitua que o ideal do cooperativismo é entendido como:

[...] uma filosofia do homem na sociedade em que vive, um pensamento que procura construir uma nova maneira de processar a economia baseando-se no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição; nos valores e necessidades humanas e não na acumulação individual do dinheiro e na exploração do trabalho de outras mulheres e homens. Para tanto o cooperativismo visa ao aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões social, econômica e cultural, preocupa-se com a qualidade de seus produtos e serviços,

busca o preço justo, preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável.

Identifica-se que a cooperativa precisa ter em seu comando alguém que conheça e que tenha espírito cooperativista, para que a mesma possa se desenvolver e acompanhar a evolução que está cada vez mais constante no mundo. Só assim a certeza da sua solidificação será certa, e seu quadro social poderá cada vez aumentar mais, tornando a mundialmente conhecida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

No presente capítulo, faz notar-se o modelo de metodologia que foi aplicada para concretização e desenvolvimento do trabalho, e assim vindo a alavancar o que foi proposto.

Como faz notar Gil (1995, p.70) “o delineamento refere-se ao planeamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de dados”.

Também salienta Gil (1995, p.70) que o delineamento é “a etapa em que o pesquisador passa a utilizar os chamados métodos particulares, já que estará preocupado fundamentalmente com os meios técnicos da investigação”.

Para Marconi e Lakatos (2008, p.83) o método científico “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Segundo Magalhães (2005, p.226) “explicitar e discutir métodos pode ser uma via para descobrir novos caminhos e resultados, ampliando o conhecimento, além de ajudar a decidir que um caminho deve ser excluído se não estiver levando aos resultados procurados”.

Já para Gil (1995, p.27) pode-se definir método como “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

3.1.1 Classificação quanto aos objetivos

O presente Estudo de caso tem como objetivo principal identificar a importância do controle interno nos estoques de reforço de rede trifásica. Este caracteriza-se como uma pesquisa descritiva.

Para Yin (2010, p.24) “o método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sócias, políticos e relacionados”.

Segundo Gil (1995, p.45) pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Também acrescenta Gil (1995, p.45) que “dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo, sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade e estado de saúde física e mental”.

Conforme Barros e Lehfeld (2000, p.70) a respeito da pesquisa descritiva “não há a interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causa e relação [...]”.

O mesmo autor (2000, p.70) cita que: “a pesquisa descritiva engloba dois tipos: a pesquisa documental e a bibliográfica”.

Para Cervo e Bervian (2002, p.66) “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los”.

3.1.2 Classificação quanto aos procedimentos

Este trabalho teve como característica estudo de caso, pesquisa bibliográfica e

também a pesquisa documental.

Para Gil (1995, p.71) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Segundo Gil (1995, p.71) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

No entanto Marconi e Lakatos (2008, p.185) consideram que “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, livros etc”.

Marconi e Lakatos também argumentam que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

Gil (1995, p.73) cita que:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está nas fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para Gil (1995, p.73) a pesquisa documental “consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número”.

Conforme Cervo e Bervian (2002, p.65) “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”.

O mesmo autor (2002, p.67) afirma que na pesquisa documental “são investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. Estuda a realidade presente, e não o passado, como ocorre com a

pesquisa histórica”.

Ruiz (1996, p.58) comenta que a “bibliografia é o conjunto dos livros escritos sobre determinado assunto, por autores conhecidos e identificados [...] a pesquisa bibliográfica consiste no exame desse manancial”.

Já Medeiros (2009, p.35) caracteriza como pesquisa documental “a que compreende o levantamento de documentos que ainda não foram utilizados como base de uma pesquisa. Os documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, ou de empresa particular [...]”.

O mesmo autor (2009, p.36) identifica também a pesquisa bibliográfica como “aquela que inclui-se nos procedimentos de documentação indireta”.

3.1.3 Classificação quanto a abordagem do problema

Quanto a abordagem do problema será feito o uso da pesquisa qualitativa.

Segundo Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p.147) “as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos.”

Também faz notar o mesmo autor (1999, p.147) que “as pesquisas qualitativas diferem bastante quanto ao grau de estruturação prévia isto é, quanto aos aspectos que podem ser definidos já no projeto”.

Conforme Diehl e Tatim (2004, p.52)

Os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Para Richardson (1999, p.80; *apud* Raupp e Beuren, 2006, p.91) “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Ressalta também o mesmo “que podem contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”.

3.2 PLANO DE COLETA DE DADOS

Para a realização do trabalho será analisada a documentação existente na empresa, como exemplo o razão da conta de estoque reforço de rede trifásica, bem como o inventário do sistema da referida conta e verificação física do material.

Em primeira estância foram elaboradas planilhas no excel para fazer a comparação dos dados.

Depois foi feita a devida verificação do material existente no estoque da determinada conta.

Posteriormente será analisado o inventário contido no sistema, para que este mesmo possa ser comparado e analisado com o que foi apresentado pelo relatório.

Também foi aplicado um questionário de controle interno com perguntas a respeito do controle interno nos estoques. Também será feito o uso da coleta de informações através de entrevista.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p.46) "A entrevista não é simples conversa. É conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio interrogatório do informante, dados para a pesquisa".

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com base nos dados que foram levantados com a coleta, ira-se buscar com a pesquisa, o estudo da conta de estoque de reforço de rede trifásica.

Segundo Gil (1999; *apud*, Colauto e Beuren, 2006, p.136) a análise de dados “explica que o objetivo é organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação”.

Já Kerlinger (1980, p.353; *apud*, Colauto e Beuren, 2006, p.136) define o processo de análise como “a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados”.

Ainda segundo o mesmo autor (1980; *apud*, Colauto e Beuren, 2006, p.136):

O objetivo substancia-se em reduzir grandes quantidades de dados brutos, passando-os para uma forma interpretável e mensurável, de maneira que características de situação, acontecimentos e de pessoas possam ser descritas sucintamente e as relações entre as variáveis estudadas e interpretadas.

Para (Ludke e André, 1986; *apud*, Raupp e Beuren, 2006, p.137) “a tarefa de analisar os dados implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar tendências ou padrões relevantes”.

Conforme Lakatos e Marconi (1986, p.159) “análise é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”.

Segundo o mesmo autor (1986, p.160) “na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre dados obtidos [...]”.

Assinala também Gil (1999; *apud*, Colaut e Beuren, 2006, p.140) que “a interpretação dos dados tem por objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante a ligação com outros conhecimentos já assimilados”.

3.4 LIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo e a análise que foram realizados nos estoques de rede trifásica da empresa, poderá não alcançar os objetivos propostos, pode haver uma limitação no estudo de caso ou na pesquisa bibliográfica.

Conforme Diehl e Tatim (2004, p.59) a respeito da pesquisa “entre suas limitações está a possibilidade de não representatividade e a subjetividade dos documentos”.

Também cita o mesmo autor (2004, p.59) “entre as limitações apresentadas pelo estudo de caso, a mais grave refere-se à dificuldade de generalização dos resultados obtidos”.

Para Raupp e Beuren (2006, p.84) “a pesquisa realizada de maneira mais intensiva, em decorrência de os esforços dos pesquisadores concentrarem-se em determinado objeto de estudo. No entanto, o fato de relacionar-se a um único objeto ou fenômeno constitui-se em uma limitação”

4 COOPERATIVA

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA.

A Cooperativa CERFOX foi fundada em nove de julho de mil, novecentos e sessenta e dois, na cidade de Soledade, Rio Grande do Sul, por dezesseis associados, com o objetivo social de "Promover o Desenvolvimento Regional, facilitando o acesso à energia, à saúde, à disponibilização de produtos, serviços e bens de consumo de necessidade básica, para uma melhor qualidade de vida dos cooperados, dos colaboradores e da comunidade".

A CERFOX tornou-se uma Cooperativa mais independente a partir de 1964, com a emancipação de cidade de Fontoura Xavier. A Cooperativa mudou sua razão social em quatro ocasiões, chegando à atual, Cooperativa de Geração e Distribuição de Energia Fontoura Xavier Ltda. O princípio básico do trabalho da CERFOX é a geração e distribuição de energia com qualidade, buscando suprir com excelência as necessidades dos consumidores de sua área de atuação. Com crescimento constante, alicerçado principalmente no trinômio: aumento da geração de energia, aumento, manutenção e melhoria das redes de transmissão e prestação de serviços rápida e eficiente, a CERFOX vem contribuindo para alavancar à economia dos meios rural e urbano, com ordenada e responsável utilização de recursos materiais e humanos.

Hoje a CERFOX possui 02 PCHS (Pequenas Centrais Elétricas) ativas, gerando energia de qualidade a seus associados, a Usina do Fão e Usina do Taipinha, também possui outros 3 projetos que estão em andamento os da Usina Perau de Janeiro, Usina Pedras Brancas e Usina São Pedro. Todas as PCHS da CERFOX em construção ou ainda em projetos tem minuciosos e qualificados Relatórios de Impacto Ambiental e Estudos de

Impacto Ambiental. Beneficiar as famílias sem agredir o meio ambiente é a opção da CERFOX para Geração e Distribuição de Energia utilizando meios renováveis acompanhados de estudos e soluções para o impacto ambiental.

Os desígnios da CERFOX, estão ligados de forma muito clara aos desejos e objetivos de seus usuários. Mais do que objetivos econômicos, os melhores geradores e condutores de energia, que dinamizam a CERFOX, são os objetivos de qualidade de vida de seus associados e usuários.

Neste ano de 2013 a CERFOX comemorou 51 anos de atuação, sendo referência para toda região com mais de 15 mil associados e 140 colaboradores. A CERFOX é hoje à Cooperativa que mais cresce e se desenvolve em sua região de atuação. Tendo em vista a importância dos estoques nas entidades, onde os mesmos não devem conter valor muito alto e sim o valor razoável que atenda a demanda da empresa.

Identifica-se também que na CERFOX é muito importante a gestão do estoque, onde a necessidade de ter a rotatividade do mesmo é vista para que a entidade possa alcançar o devido crescimento esperado, pois o certo é ter no estoque apenas o necessário para as atividades diárias, muito material estocado pode nos indicar o mal funcionamento do estoque.

Para se fazer o devido controle no estoque necessita-se de ferramentas adequadas que podem garantir essa devida verificação. Esse controle quando feito, pode garantir aos interessados uma visão clara de como está sendo aplicado o capital de giro.

Acredita-se que com presente trabalho, possa se identificar os controles internos de estoque que estão sendo usados na entidade e posteriormente também fazer levantamentos, identificando possíveis falhas nos mesmos, comparando dados e vendo também uma possibilidade de implementação de novos controles.

4.2 CARACTERÍSTICAS DO ESTOQUE

O estoque de Reforço de Rede Trifásica da Cooperativa CERFOX é composto por diversos itens, o item Cabo de Alumínio 1/0 que foi escolhido para fazer a análise do controle interno é um dos itens considerado mais relevante, pois tem um alto valor de mercado e também uma rotatividade consideravelmente maior que os demais. Portanto por esses motivos pode ser considerado vulnerável a algum tipo de desvio.

O cabo de Alumínio Com Alma de Aço 1/0, chega até a Cooperativa em bobinas de madeira enrolado direto de fábrica, sua armazenagem é feita no pátio da empresa, ao ar livre. O preço de compra do cabo por KG fica em torno de R\$: 9,3 mais impostos, o custo médio é R\$: 10,0 e o preço de venda é de R\$: 12,03.

A quantidade comprada desse cabo varia conforme a necessidade da empresa, mas para a reposição imediata desse material é adquirido a quantidade mínima possível desse produto. A compra do Cabo se dá através dos fornecedores cadastrados no sistema da Cooperativa estes já com a pesquisa de qualidade, condições e melhores preços.

Quando o produto cabo chega até a empresa é descarregado com o equipamento Guindaste, e conferido pelo responsável do Almoxarifado, este mesmo funcionário verifica através do pedido se a nota fiscal está de acordo com o que foi comprado. Esta estando correta ele dá a entrada no estoque deste material.

A empresa trabalha com processos mensais, são realizados dois por mês, um processo que fica na área rural e outro na área urbana, então todos os materiais depois de requisitados quando forem entregues ao destino certo já são baixados do estoque.

No final do mês é feito o fechamento desses dois processos e todas as melhorias reposições ou obras novas são lançados no ativo imobilizado pela contabilidade da empresa.

4.3 FLUXOGRAMA E ANÁLISE.

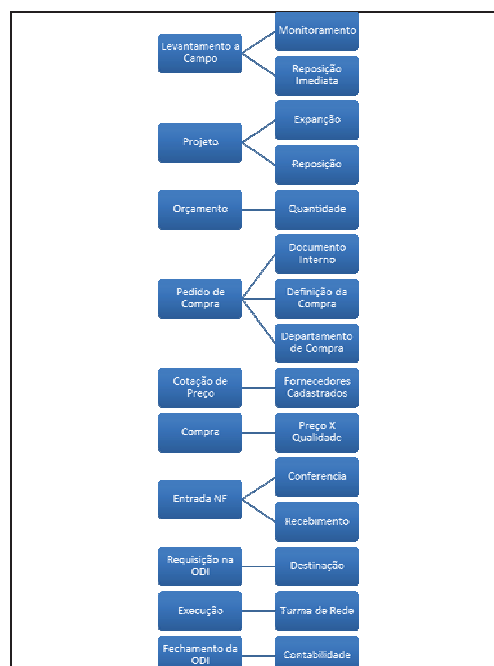
Para que seja feita uma reposição do Cabo de Alumínio 1/0 segue se um roteiro, primeiramente faz se um levantamento a campo para se verificar a necessidade ou seja uma visita a rede onde encontra-se o problema. Em seguida é feito o projeto que é o documento formal do serviço que será feito. Após o projeto pronto faz se o orçamento que demonstra a quantidade desse material que será necessário para a execução do trabalho.

Para que a empresa possua esse material o Cabo de Alumínio 1/0 em estoque ele precisa ser adquirido com antecedência no caso de imprevistos. Para fazer á compra a empresa faz uso do controle interno pedido de compra, que define o que comprar e quanto comprar. Para realizar a compra é feito cotação de no mínimo 03(três) fornecedores, que já estão cadastrados no sistema levando em consideração o melhor preço e a melhor qualidade.

Chegando na empresa o Cabo de Alumínio 1/0 é recebido pelo responsável do almoxarifado que faz a conferência e da entrada na nota fiscal.

Todo material para sair da empresa ele sempre será alocado em uma ODI. Após é feita a execução da obra pela turma de rede e no final do mês a contabilidade faz o fechamento da devida ODI.

A seguir segue o quadro demonstrativo do fluxograma:



4.4 QUESTIONÁRIO E ANÁLISE.

A entidade dispõe de um controle eletrônico para os estoques que possui em seu almoxarifado, tendo um responsável para a entrega desses materiais que está sempre supervisionado pela contabilidade. O almoxarife é o responsável pela parte física do estoque, e toda a movimentação que se dá no mesmo fica registrada por fichários e eletronicamente.

A entrega de materiais é feita mediante orçamento e do orçamento se gera a requisição que é uma forma de controle interno que a empresa dispõe, e após esse procedimento gera-se a NF, que tem numeração automática sequencial pelo sistema.

As devoluções de mercadorias também são controladas nessa entidade através de NF, junto com a mercadoria devolvida vai uma via da NF, e na empresa fica o arquivo. Todas as devoluções são contabilizadas automaticamente no sistema da empresa.

A respeito da conferência da parte física é feita anualmente na entidade por funcionário do setor contábil. No caso de diferença, sempre é ajustada pelo setor contábil através de relatórios e repassado a direção da mesma.

Em relação ao custo das mercadorias, cada vez que se dá uma entrada modifica-se o custo dos itens. E o método de avaliação que é usado é pelo custo médio.

As compras na empresa são feitas por um funcionário do setor específico que realiza a cotação de preços, e posteriormente faz a compra sempre com a autorização do presidente da empresa. A entidade possui um cadastro de fornecedores e toda nota emitida para a empresa é feito o registro contábil no livro de entrada. As notas de entrada são conferidas pelo setor contábil.

Antes de fazer os pagamentos o setor financeiro examina o processamento nessa

entidade é feito um trabalho em conjunto com o setor contábil, compras e financeiro.

Os materiais são estocados em prateleiras em ambiente fechado, mas o cabo de alumínio 1/0 fica no pátio ao ar livre. A inspeção do pessoal do almoxarifado se reporta ao setor contábil.

Toda a movimentação que acontece no estoque é feita pelo sistema ao qual gera mais segurança e confiabilidade nas operações.

4.5 SUGESTÕES DE MELHORIAS

Através do estudo feito e a análise do fluxograma da empresa identificou-se alguns pontos deficientes no controle interno, como por exemplo, a autorização de compra de mercadoria que é feita pelo presidente da empresa. Levando em consideração que o presidente não tem tempo hábil para analisar a verdadeira necessidade da compra, e uma alternativa que poderia ser muito útil seria a contratação de um funcionário não subordinado ao setor de compras e subordinado ao presidente para ser responsável pela verificação e necessidade de fazer as compras conforme a demanda prevista na entidade.

Também a respeito da armazenagem do Cabo de Alumínio 1/0, este que está sendo depositado no pátio da empresa onde fica sujeito a intempéries, vulnerável a furtos e desvios, pois tem um valor relevante. Seria interessante que o cabo fosse depositado em local de maior segurança, preferência em prédio fechado com pouco acesso do público. Levando em consideração que a empresa possui espaço ou seja galpão ocioso com capacidade para armazenagem que está praticamente vazio. Poderia muito bem ser ocupado para guardar esse cabo, trazendo maior segurança para a empresa quanto ao material estocado, pois não sofreria com o tempo pois este material vem em bobina de madeira e pode apodrecer com a umidade ou chuvas

Devido à grande quantidade de materiais que estão no estoque no relatório anexo e através das respostas do funcionário no questionário identifica-se que seria necessário o levantamento trimestral da quantidade física desse estoque, pois como o levantamento

adotado na empresa que é anual o estoque fica sujeito a erros, pois, sua movimentação é grande, sendo assim, vulnerável a desvios consideráveis entre o meio tempo entre um levantamento e outro, ocasionando uma perda de valor que muitas vezes poderia afetar a saúde financeira.

.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas vivem num contexto competitivo e por isso necessitam a cada dia de informações e controles que possam garantir a solvência do negócio. Portanto as informações precisam ser confiáveis e exatas.

O controle do estoque são responsáveis por parte do capital de giro que é preciso para a atividade da entidade, estes precisam estar muito bem geridos, para não comprometer a saúde e a permanência da entidade no mercado competitivo.

Constatou-se que a Cooperativa Cerfox possui bons controles internos nos seus estoques, alguns cuidados a mais poderiam ser alocados aos mesmos que foram apresentados em forma de sugestões de melhoria nas quais contribuem para aprimorar ainda mais o nível da qualidade do controle.

Por fim, ressalta-se a importância de se manter uma auditoria no controle de estoques, pois, mesmo em um sistema bem implementado ainda é possível encontrar deficiências a serem sanadas, e melhorias a serem feitas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria Um Curso Moderno e Completo**. 7ª edição, editora Atlas, ex. 4, ano 2010.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6. ed, ex.3 São Paulo: Atlas, 2003.1
- ATTIE, William, **Auditoria Interna**. Editora Atlas S/A, ano 1992.
- Auditoria Conceitos e Aplicações**. Editora Atlas, São Paulo, ano 1998.
- BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. Transportes Administração de Materiais Distribuição Física. ex. 2 editora Atlas S/A, ano 1993.
- BARROS, LEHFELD, Aidil Jesus da Silveira e Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Ex. 3 ano 2000 editora Pearson São Paulo.
- CERVO, BERVIAN, Amado L. e Pedro A. Metodologia Científica. 5ª edição, ex. 7 ano 2002 editora Pearson São Paulo.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**. Atlas 2000.
- Contabilidade Gerencial teoria e prática**. Editora Atlas São Paulo ano 1998.
- DIEHL, TATIM, Astor Antônio e Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. ex. 7 editora Pearson, São Paulo, ano 2004.
- FLORENTINO, Américo Matheus. **Auditoria Contábil**. Com uma introdução referente a controles contábeis, 5ª edição, editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, ano 1988.
- FRANCO e MARRA, Hilário e Ernesto. **Auditoria Contábil**. ex. 7 editora Atlas São Paulo, ano 2001.
- GIL, Antônio Carlos, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª edição, editora Atlas S/A, ano 1995, São Paulo.
- GODOY, José Antônio de. **Controle interno nas empresas CRC SP**. ex. 3 editora Atlas São Paulo ano 1998.
- GODOY, José Antônio de. **Controle interno nas empresas IBRACON**. ex. 2 São Paulo: Atlas 1998.
- GONÇALVES, BAPTISTA, Eugênio Celso e Antônio Eustáquio. **Contabilidade Geral**, editora Atlas São Paulo ano 1998.
- GOUVEIA, Nelson. Contabilidade Básica . 2 edição, editora Harbra Ltda, ano 1993.
- GRECO e AREND, Alvisio e Lauro. **Contabilidade teoria e prática básica**. ex. 2 9ª edição, editora Sagra.

[Http://www.cpc.org.br/pdf/cpc](http://www.cpc.org.br/pdf/cpc) – 16 (R1) Estoques Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nº 08 acesso dia 23/04/2013; no hs: 08:23.

[Http://www.cpc.org.br/pdf/cpc](http://www.cpc.org.br/pdf/cpc) – 16(R1) Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC (16) R1 estoques; custo do estoque acesso dia 19/04/2013; hs: 7:54.

[Http://www.cpc.org.br/pdf16r1](http://www.cpc.org.br/pdf16r1) Comitê de Pronunciamentos Contábeis acesso dia 13/05/2013 hs: 14:57 folha 8 nº 27 CPC 16(R1)estoques.

[Http://www.cpc.org.br/pdf/cpc46](http://www.cpc.org.br/pdf/cpc46) – Pronunciamento CPC 46. acesso: 17/05/2013 as 13:46 hs.

[Http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/historia](http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/historia) – sitio da OCERGS acesso dia 07/06/13 as 09:00

IUDÍCIBUS e MARION, Sérgio de, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 3 edição, editora Atlas, ano 1990.

IUDÍCIBUS, Sergio de; et al. Manual de Contabilidade Societária Aplicada a todas as sociedades, ano 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6 ed. ex. 4 editora Atlas, São Paulo, ano 1998.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. Um tratamento conceitual, São Paulo. EPU ano 1980 (Material disponível no xérox pelo prof. Marcelo Silva, disciplina de Técnica de Projeto).

LAKATOS, MARCONI, Eva Maria e Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. Editora Atlas, ano, 1986, São Paulo.

Legislação Cooperativista e Resoluções do Conselho Nacional de Cooperativismo RCNC.

LIMA, Denise Hollanda Costa. **Terceirização na Administração Pública**. As Cooperativas de Trabalho. Editora Fórum. Ano 2007 Belo Horizonte.

LUDKE, ANDRÉ, Menga, Marli E. D. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo. EPU, ano 1986. (Material disponível no xérox pelo prof. Marcelo Silva, disciplina de Técnica de Projeto).

MAGALHÃES, Gildo, **Introdução à Metodologia da Pesquisa**. Caminhos da Ciência e Tecnologia ex. 2 ano 2005, editora Ática São Paulo.

MARCONI, LAKATOS, Marina de Andrade, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**, ex. 4 ano 2008 6ª edição, editora Atlas S/A São Paulo.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. ex.1 Atlas 2004.

MARTINS E ALT, Petrônio Garcia e Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. ex. 5, editora Saraiva, São Paulo, ano 2000.

MARTINS e CAMPOS, Petrônio Garcia e Paulo Renato. **Administração de Materiais e recursos patrimoniais**, ex. 5 ano 2000, editora Saraiva.

MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, Alda Judith Alves e Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais** Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2ª edição, ex.5 ano 1999, editora Thomson São Paulo.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**. A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas, ex. 5, 11ª edição, editora Atlas, ano 2010 São Paulo.

MOSIMANN e FISCH, Clara Pellegrinello Mosimann e Sílvia. **Controladoria. Seu Papel na Administração de Empresas**. 2 edição, editora Atlas, São Paulo, ano 1999.

OLIVEIRA, PEREZ e SILVA, Luís Martins de, José Hernandez e Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica**. Textos e casos práticos com solução. 8 edição ex. 5 editora Atlas São Paulo ano 2011.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. **Auditoria interna**. Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico; editora Atlas São Paulo ano 1999.

PIZZOLATO, Nélio Domingues. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. ex. 3. 2ª edição editora Pearson Makron Books São Paulo ano 2004.

PIZZOLATO, Nélio Domingues. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. ex. 5. 2ª edição editora Pearson Makron Books São Paulo ano 2000.

RAUPP, BEUREN, Fabiano Maury e Ilse Maria. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às ciências Sociais**. (Material disponível no xérox pelo prof. Marcelo Silva, disciplina de Técnica de Projeto).

SANTOS, GOUVEIA, VIEIRA, Ariovaldo dos, Fernando Henrique Câmara, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**. Aspectos Gerais e Prestação de Contas. Editora Atlas, São Paulo, ano 2008.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. ex. 1 editora Saraiva, ano 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social métodos e técnicas**. 3 ed. editora Atlas, ano 1999, São Paulo. (Material disponível no xérox pelo prof. Marcelo Silva, disciplina de Técnica de Projeto).

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**. Editora Atlas, ano 1996 São Paulo.

RUSSOMANO, Victor Henrique. **Planejamento e Controle da Produção**. 5ª edição, Livraria Pioneira São Paulo, ano 1995.

SÁ, Antônio Lopes. Curso de Auditoria. 10ª ed. editora Atlas, ano 2002. São Paulo.

VIANA, João José. **Administração de Materiais um Enfoque Prático**, editora Atlas São Paulo, ano 2002.

VICECONTI e NEVES, Paulo Eduardo e Silvério. **Contabilidade básica**. ex.5 2004.

WARRE, REEVE e FESS, Carl S; James M e Philip E. **Contabilidade Gerencial**. 6 ed. São Paulo ed. Pioneira Thomson, ano 2001.

YIN, Robert K. Estudo de Caso. Planejamento e Métodos. 4 ed. Ano 2010, editora Artmed.

APÉNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE CONTROLE INTERNO

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – UPF

TATIANE PAVI

Professor: Orientador: Gabriel Bandeira

**IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE
CONTROLE INTERNO NOS ESTOQUE**

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1 – Os estoques são controlados? Existem almoxarifados?

R- A empresa dispõe de um software que possibilita que os estoques sejam controlados. Entrada/Saídas tudo fica registrado. Existe almoxarifado.

2- Existem setores especificamente responsáveis pelos estoques?

R - Existe uma pessoa que cuida fisicamente dos estoques e esse funcionário é supervisionado pelo setor contábil.

3- O responsável pelo estoque faz compras? Autoriza-as?

R - Não. O almoxarife é responsável pela parte física.

4- Existem registros permanentes dos estoques?

R - Sim. Tudo fica registrado. A movimentação completa pode ser acessada quando se tiver necessidade.

5- Os registros são controlados por fichários? Por controle eletrônico?

R - Os registros são efetuados tanto por fichário, como por controle eletrônico. Temos os dois registros.

6- Toda entrega de materiais é feita mediante requisições escritas?

R - Existe um orçamento e dele parte uma requisição e dessa é feita uma entrega para o sistema poder processar a movimentação. A partir da entrega que é impressa gera se a NF.

7- Quem emite as requisições? Qual o chefe que autoriza?

R - As requisições são emitidas pelo Almoxarife assim como as entregas.

8- Há controle de numerações de Nota Fiscais e Requisições?

R - Com certeza. Toda requisição entrega segue uma numeração automática feita pelo sistema e a partir desta emite-se uma NFe com numeração sequencial emitida pelo software da Nfe.

9- Em caso de devoluções de artigos a fornecedores há emissão de nota própria. Qual o destino das vias?

R - Sim toda devolução é emitida uma Nfe ao fornecedor. Junto com a mercadoria vai uma via da Nfe e arquivo XML. Na empresa fica o arquivo magnético e uma via física da Nfe.

10- Em caso de devoluções de artigos ao almoxarifado é feita nota de devolução?

R - Sim. As devoluções também são registradas e junto a cada uma emite-se uma Nfe correspondente.

11- As devoluções são contabilizadas?

R - Sim toda a movimentação do almoxarifado é contabilizado automático pelo sistema.

12- Existem conferências físicas periódicas dos estoques?

R - Sim na medida do possível é feito trimestral. Ultimamente é feito anualmente.

13- Como é feita? Por quem? De que setor?

R - O funcionário do setor contábil vai pessoalmente até os almoxarifados e realiza a contagem física dos materiais, e as registra em papel de trabalho próprio.

14- As diferenças encontradas nos estoques são ajustadas? Qual o documento para o ajuste? Qual autoridade visa tal documento?

R - Toda diferença é ajustada pelo funcionário do setor contábil. Emite relatório de ajuste que o sistema possibilita imprimir e estes são levados ao conhecimento do contador e da direção da empresa.

15- A escrita contábil controla o custo dos materiais?

R - Sim toda entrada de material (NFe devolução) modifica o custo médio dos itens, mas este processo é acompanhado de perto pelo setor contábil.

16- Existe um serviço autônomo de recepção e outro de entrega, ou tudo é feito pelas mesmas pessoas?

R - Tudo é realizado pelo almoxarife, ele é quem recebe os itens e é ele também o responsável pela entrega dos mesmos.

17- Qual o método para avaliar os estoques?

R - Custo médio

18- Existe um serviço de compras organizado?

R - Sim existe um setor específico que realiza as cotações e posteriormente a compra dos materiais, com emissão de pedido e ordem de compra.

19- As compras são feitas mediante autorização escrita?

R - Sim existe a cotação, a ordem de compra e o pedido de compra tudo gerado via sistema.

20- Quem autoriza a compra? (que cargo)?

R - As compras são autorizadas pelo presidente da empresa.

21- Antes das ordens existem coletas de preços?

R - Sim há necessidade de se registrar no mínimo 03 cotações

22- Há um cadastro de fornecedores?

R - Sim. Toda compra gera um cadastro. Neste cadastro um item importante é os dados do fornecedor.

23- As entradas são registradas em um livro de entradas?

R - Sim. Toda nota emitida para a empresa e feito o registro contábil deste documento que gera o livro de entrada.

24- As faturas são conferidas contra as notas fiscais?

R - Sim. Uma cópia da NF é anexada aos documentos de cobrança que são entregues ao setor financeiro.

25- As notas fiscais são conferidas?

R- Sim. A pessoa do setor contábil que supervisiona os estoques é responsável em conferir todas as NF que dá entrada nos estoques da empresa.

26- Antes de aprovado o pagamento da fatura, examina-se todo o processo da compra (coleta, ordem, recepção, registro)?

R - Sim. O setor financeiro, o setor de compras, e o setor contábil trabalham em conjunto.

27- Há um código de classificação dos materiais?

R - Todo material apresenta um código próprio da empresa que também é controlado e gerado pelo sistema.

28- No caso de vendas das sucatas é o almoxarifado que extrai a nota fiscal?

R - Não. Toda e qualquer NF emitida pela empresa é feita pelo setor contábil.

29- O almoxarifado controla também produtos semi-elaborados? Há um almoxarifado próprio para tal fim?

R – A empresa tem uma fábrica de postes. Estes postes pertencem a um estoque separado, controlado pelo almoxarifado e pelo setor contábil.

30- Os materiais em geral estão bem protegidos? Existe acesso fácil aos almoxarifados por qualquer pessoa?

R - Sim. Os materiais são colocados em prateleiras e em ambiente fechado. Exceto postes e cabos que não.

31- Quem supervisiona e inspeciona o pessoal do almoxarifado?

R - O almoxarifado se reporta principalmente ao setor contábil

32- Quando os pedidos de compra são feitos respeitam-se os limites de máximo e mínimo?

R - O sistema possibilita um ponto máximo e mínimo para cada item do estoque. Este limite é respeitado.

33- Existem requisições automáticas de estoques feitas por sistema de computação eletrônica? Quem os programas?

R - Toda movimentação do estoque é feita por fichário e principalmente e necessariamente por sistema de computação. A empresa disponibiliza esta ferramenta (software) que agiliza o processo ao mesmo tempo que gera mais segurança e confiabilidade no processamento das operações.

ANEXO

ANEXO - 1**MATERIAIS DO ESTOQUE**

Devido á quantidade de materiais que estão no estoque de Reforço de Rede Trifásica da Cooperativa Cerfox, achei interessante anexar também no trabalho o restante que não foi escolhido e apresentado, que são os seguintes:

Alça Pref. Dist DG 4544 CA/CAA 1/0AWG

Alça Pref DG 4542 Cabo CA/CAA 2AWG

Alça Pref DG 4541, Alça Pref GDE 1104

Armação Secundária AS-11-3/16

Arruela 100/100 0 18

Arruela Quadrada 18 50/50mm

Cabo Alumínio CAA 1/0 AWG

Cabo Alumínio CAA Nº 2

Cordoalha de Aço 6,35 MM

Cabo Alumínio CAA Nº 4

Cabo de cobre Sintenax rígido 25mm

Cabo de cobre NU 25mm 7F

Cabo Sintenax 70mm

Chave Fusível 25kv 100AMP base C

Chave Faca UNIP 25 400

Conector Alumínio 2 parafusos

Conector Estribo 2 parafusos

Conector Padrão Nema tipo III

Corta Circ segund 1000V 100A

Cruzeta de madeira 2400

Emenda Pref FTS 5900-CAA4

Emenda Pref FTS 5102-CAA2

Emenda Pref para Cabo- CAA 1/0 FTS 5904

Cabo cobre NU N° 6AWG 13.30MM

Cabo Alumínio Mole s/isolação 1C 4AWG prata

Grampo de Linha Viva

Conector para Haste Cooperweld PC-35

Gancho Olhal

Haste Ancora 16x1800

Haste Copperweld dupla camada 5/8x2,40 mts

Haste Estai vertical 2,0 metros

Isolador Castanha 80x65

Isolador Tipo Pinho HI TOP 25kv 1.3/8

Isolador Roldana Porc 79x76mm

Isolador de Suspensão Polimérico de 25kv diam. 18mm

Isolador Pilar Polimérico, 25kv rosca 3/4

Laço Pré-formado 1202 CAA4

Laço Pré-formado 1102 CAA4

Laço Rold p/cabo 4 CAA SPL 1306

Laço Roldana 1/0 CAA SPL 1318

Laço Roldana 2 CAA SPL 1312

Lamina Desligadora LD 27 KV 300A

Mao Francesa normal 713 mm

Mao Francesa de Beco 1500mm

Olhal para parafuso

Parafuso 16x200mm

Parafuso 16x250

Parafuso 16x450

Parafuso 16x350

Parafuso com olhal 16x200mm

Parafuso Frances 16x070mm

Para-Raio Polimérico 25kv 10ka

Pino de Topo 25kv

Pino Fixação Isolador Pilar 200x60mm

Pino Fixação Isolador Pilar 30x25 mm

Pino Fixação Isolador Pilar 140x060mm

Porca Quadrada 24x24

Poste Concreto 9m DT 150 da N

Poste Concreto 11m DT 200da N

Poste Concreto 11m DT 400da N

Placa de concreto

Poste concreto 12m DT 200da N

Poste concreto 9m DT 400da N

Poste de concreto 12m DT 400da N

Sapatilha para Cabo Aço

Manilha Sapatilha

Suporte Chave e Para-Raio TP T

Suporte Inclinado para CH Faca

Suporte para Isolador Pilar

Suporte para Transf. no Poste de Madeira c/reforço

Suporte para Regulador de Tensão

Transformador Monofásico 15kv 25kva

Transformador Trifásico 25kv 15kva

Transformador Trifásico 25kv 45 kva

Transformador Trifásico 25kv 75kva

Transformador Trifásico 25kv 112-5kva

Transformador Monofásico 25kv 15kva

Religador Autom. Trifásico 27kv-630A

Regulador Automático de Tensão Mono 200A 25,8 KV

Espaçador de rede sec. 4 condic. F6

Parafuso M16X125mm

Cruzeta de Madeira

Abraçadeira para Poste DT 380X250 mm

Mangueira de Plástico 3/8

Cabo de Cobre NU 35MM

Totalizando um custo médio no valor de R\$: 97.365,78 e um saldo em quantidade de peças de 55.437,2, na data de 03/10/2013